6 EDITAIS

MINERACAO RIO CLARO LTDA, torna publico que REQUEREU À SEMAD - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, A RENOVAÇÃO da Licença de FUNCIONAMENTO, para Extração de AREIA no Leito do Rio Claro, ZR – Iporá, Israelândia e Moiporá – GO. 1341

VALDEMIR OLIVEIRA DE MOURA pessoa física, inscrita no CPF 020.138.081-19 torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos – SMASRH, Licença Ambiental Simplificada–LAS n° 195/2020 para atividade de **carvoaria**, localizada na BR 040, KM 104 à direita 4 KM, Fazenda Copaíba, Zona Rural, Cristalina-GO 1346

Estado de Goiás – Prefeitura Municipal de Morrinhos
RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2020
Empresa Vencedora: Medlife Produtos Laboratoriais Eireli
Morrinhos, 08 de junho de 2020.
Iluska Luiza Oliveira.
=*Pregoeira*=

CARLOS HUGO STUDART CORREA com o **CPF: 225.580.631-20** torna público que requereu da Secretaria de Meio ambiente de Pirenopolis, a Licença Ambiental de Instalação e Funcionamento para Centro de apoio a prática espiritual com alojamento, Sito na Quinta de São Chico,Estrada da Serra dos Pireneus,Pirenópolis-GO. O Empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto Ambiental. 1337-1

EDITAL DE COMUNICAÇÃO
ARI JOÃO DE REZENDE, processo nº **2019000951** torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Mineiros (SEMMA), a **LICENÇA AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO nº 033/2020** para a atividade de **AVICULTURA – CRIAÇÃO DE AVES PARA CORTE**, situada na Fazenda Corrente no Município de Mineiros – GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental. 1334

Ivo Fernandes de Mendonça, CPF: 111.954.016-04, torna público que recebeu da Secretaria de Estado de Meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás – SEMAD, a Licença de Instalação e Funcionamento Inicial – LI e LF, processo: 9783/2016, Licença: 274/2020, para Irrigação Categoria A e B, Área Irrigada: 280,24.00 ha, na Fazenda Planalto, Município de Montes Claros de Goiás - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental. 1338

Pelo presente edital, por não ter(em) sido encontrado (a)(s) no endereço fornecido, nos termos do § 4º do art. 26 da Lei 9.514/97, INTIMA: emitente: **OLIVEIRA DA SILVA MERCEARIA E DISTRIBUIDORA EIRELI – ME**, CNPJ nº 23.739.278/0001-80; avalista/cônjuge: **DILMA OLIVEIRA DA SILVA RICARDO**, CPF nº 022.209.781-76 e **CLEZIO RICARDO DA SILVA**, CPF nº 450.478.551-04, a comparecem a este Serviço de Registro de Imóveis, situado na Avenida Goianira, Quadra 06, Lotes 11/12, Vila Klerea, Goianira-Goiás, **no prazo de quinze (15) dias**, a contar da data da ultima publicação do presente edital, para satisfazer as prestações vencidas e as que vencerem ate a data do efetivo pagamento com os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, além das despesas de cobrança e de intimação, referente a **Cédula de Crédito Bancário** CCB empréstimo nº 124.691, de Goiânia, em fiduciariamente a **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS LTDA** – SICOOB LOJICRED, inscrita no CNPJ/MF nº 04.406.371/0001-29, consoante R-6 da matricula 18.663, deste. Nada mais.
Goianira, 25 de maio de 2020
Kimberly Martins de Oliveira
Kimberly Martins de Oliveira
Sub-Oficial 1286

FRANSCISCO JOSÉ RODRIGUES RIBEIRO, CPF Nº 805.681.491-49, torna público que **REQUEREU** da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Águas Lindas de Goiás, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, sito na Q 07, Nº 02, Qd 07, Lote 02, Jardim Querência, Águas Lindas de Goiás – GO, CEP: 72.10-765. 1308-1

Felipe Agronegócios Ltda torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente - Goiânia, a Lincença Ambiental Simplificada, para Representação comercial de mercadorias de produtos agropecuários, na Rua 220, nº209, Qd 69, Lt19, Sala 01, Setor Coimbra, Goiânia-GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental. 1327

A empresa **MONTE SINAI PARTICIPAÇÕES LTDA-ME** com o **CNPJ: 03.443.269/0001-30** torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, habitação e planejamento urbano de Anápolis, a Renovação da licença ambiental Prévia n°209/2017 para a atividade: de parcelamento de solo. Situada BR-414, KM 04 Fazenda Rancho Negrinho do Pastoreio, Anápolis-GO. O Empreendimento não se enquadra na resolução CONAMA 001/86, que dispõe sobre o impacto Ambiental. 1337-2

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INACIOLÂNDIA
PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS n.º 005/2020
A Prefeitura Municipal de Inaciolândia, Estado de Goiás, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 26 de junho de 2020, às 09:00 horas, na Sala de Sessões da CPL – Prédio da Promoção Social, Rua José Gois, nº 07, Centro, nesta cidade, a licitação TOMADA DE PREÇOS, tendo por objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global para Pavimentação Asfáltica de vias urbanas, com implantação de sinalização horizontal e vertical, e drenagem superficial (meio fio com sarjeta), em CBUQ com espessura média de 3,0cm (três centímetros) e calçada de concreto, com área total de 5.378,80m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas em anexo e nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993. O Edital e maiores informações, poderão ser obtidos na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente, pelo telefone 0**64 3435-8004.
INACIOLÂNDIA-GO,08/JUNHO/2020.
EDUARDO GOUVEIA DOS SANTOS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO. 1313

NAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 23.825.256/0001-33, torna público que **REQUEREU** da SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Águas Lindas de Goiás, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, sito na Q 01, Lote 24, Jardim da Barragem, Águas Lindas de Goiás – GO, CEP: 72.920-001. 1308-2

ÁGUA BONITA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA – ME, **CNPJ 02.766.517/0001-11**, localizada na Rua Brasília, nº 45, Quadra 04, Lote 14, Centro, Caldas Novas - GO, torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD), a renovação da Licença Ambiental de Operação para lavra de água mineral termal referente ao processo ANM 862.622/1980. 1332

ÁGUA VIVA LABORATÓRIO AMBIENTAL LTDA, torna público que requereu à Agência Municipal Meio Ambiente (AMMA), Licença de Instalação e Operação, para as atividades de Manut. E reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle, perfuração e construção de poço de água, testes e análises técnicas, serv. Adm de escritório, sito a Rua SC-15, n° 149 Qd. 30 Lt. 29 – Jd. Colorado, Goiânia – Goiás. 1336

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA-GO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2020
O Fundo Municipal de Educação do Município de Rubiataba, Goiás, torna público que realizará sessão pública para continuidade do certame no dia 10 do mês de junho de 2020, às 08:30, na sede do município, Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇOS, por EXECUÇÃO INDIRETA, do tipo MENOR PREÇO, com aceitação e adjudicação das propostas por PREÇO GLOBAL, com regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a Execução de Obra de Ampliação da Escola de Ensino Fundamental Monsenhor Lincoln no Município de Rubiataba, Estado de Goiás, consolidado pelo Termo de Compromisso n.º 201901426-1 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme especificado no PROJETO BÁSICO, Projetos; Memoriais, Planilhas, Orçamentos, Mapas, Cronogramas, e demais documentos informativos - ANEXO I, parte integrante do edital. Informações: www.rubiataba.go.gov.br e (62) 3325-2437.
Rubiataba/GO, aos 08 dias do mês de junho de 2020.
Sâmela Adna da Silva Borba
Presidente CPL 1312

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

CNPJ: 04.592.906/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem dos diretores: No ano de 2019, a Companhia reafirmou seu compromisso com a sociedade, gerando energia para auxiliar na propulsão da economia da região onde se encontra e atender a demanda exigida no país. Com as informações que seguem, a Companhia pretende facilitar a compreensão dos resultados do exercício de 2019 e comparativamente de 2018, apresentando os esforços empreendidos para reforçar continuamente a sua eficiência, mesmo ante as dificuldades enfrentadas ao longo do ano. Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior relevância.

João Marcos Prosdócimo Moro
Pedro Luis Sant'Anna

Breve histórico: Situada no Rio Corrente, no estado de Goiás, iniciou as operações em setembro de 2006, possui uma potência instalada de 32MW e fator de capacidade de 73%. É proprietária de uma linha de transmissão de 104 km. **Relacionamento com auditores independentes:** A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da **BDO RCS Auditores Independentes S.S.**, não sendo objeto do contrato quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse. **Demonstrações contábeis:** A Administração revisou e concorda com as demonstrações financeiras e também com o relatório dos auditores independentes emitido sobre as respectivas Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		**6.699**	**5.469**
Caixas e equivalentes de caixa	5	1.432	703
Contas a receber	6	4.128	4.346
Adiantamento de fornecedores		2	1
Despesas do exercício seguinte		120	132
Outros direitos realizáveis	7	1.017	287
Não circulante		**116.495**	**120.115**
Imobilizado	8	115.350	118.894
Intangível	9	1.145	1.221
Total do ativo		**123.194**	**125.584**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante		**5.265**	**3.835**
Fornecedores		18	63
Obrigações trabalhistas		6	7
Obrigações fiscais		361	359
IR e CS		371	431
Obrigações com concessão	11	4.509	2.975
Não circulante		**5.819**	**6.629**
Obrigações com concessão	11	5.411	6.221
Provisão para contingência	12	408	408
Patrimônio líquido	13	**112.110**	**115.120**
Capital social		80.000	80.000
Reservas de lucros		32.110	35.120
Total do passivo e patrimônio líquido		**123.194**	**125.584**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Espora Energética S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede na Fazenda Correntão s/nº Município de Aporé (Goiás). Tem como objetivo e finalidade a exploração de concessão de usina hidrelétrica no Rio Corrente, nos municípios de Aporé e Serranópolis, no sudoeste do Estado de Goiás, mediante sua construção, instalação e venda da energia ali produzida com autorização do poder concedente. Situada no Rio Corrente, no estado de Goiás, iniciou as operações em setembro de 2006, possui uma potência instalada de 32MW e fator de capacidade de 73%, sendo também proprietária de uma linha de transmissão de 104 km. O prazo de duração da Companhia é indeterminado e obteve da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, mediante Contrato de Concessão nº 13/2001-ANEEL - AHE Espora, autorização para o uso do bem público para geração de energia elétrica do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Corrente, com potência instalada mínima de 32 MW, pelo prazo de 36 anos, contados a partir de 15/03/2001. Conforme Resolução Autorizativa nº 6.096 de 2016 foi alterada o termo final da outorga da concessão para 18/01/2037. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada em Reunião da Diretoria Executiva em 28/02/2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas: Nota 8 - Imobilizado e Nota 12 - Provisão para contingências. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **(a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos bancários inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, numerário em espécie, e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **(b) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciações:** As depreciações são calculadas sobre o custo dos ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com base nas taxas estabelecias pela ANEEL, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos estão demonstrados na Nota Explicativa nº 8. O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(c) Intangível:** Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). Posteriormente, a obrigação é atualizada pelo método da taxa de juros efetiva e reduzida pelos pagamentos contratados. **(d) Valor recuperável de ativos ("Impairment"): (i) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2019 e 2018 não foram identificadas evidências de perda no valor recuperável desses ativos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas. **(e) IR e CS: (i) Impostos e contribuições sobre o lucro:** O IR e a CS do exercício foram calculados com base no lucro presumido, sobre a base de cálculo de 8% para IR e 12% para CS da receita bruta de venda de energia, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para IR e 9% para CS (vide detalhes na nota explicativa nº 18). **(ii) Despesas de IR e CS corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(g) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos dos índices e taxas oficiais a ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável. **(h) Reconhecimento de receita operacional:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º/01/2018 e concluiu que sua adoção não trouxe impactos para a Empresa em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS nº 15. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia elétrica e as deduções com ICMS, PIS e COFINS. **(i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **(j) Benefícios a empregados (curto prazo):** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **(k) Novas normas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB) adotadas em 2019 e períodos subsequentes:** As normas a seguir foram publicadas e são obrigatórias a partir de 1º/01/2019. **IFRS 16 - Arrendamentos:** Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil IAS 17/CPC06 (R1) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representar o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos futuros do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Administração avaliou as alterações introduzidas e concluiu que sua adoção não trouxe impactos para a empresa. **IFRIC 23 - Incerteza sobre Posições do IR:** A interpretação esclarece como reconhecer e mensurar ativos e passivos de IR corrente e diferido quando há incerteza sobre os tratamentos de IR. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos da IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e taxas de imposto. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. **4. Gerenciamento de riscos:** O Conselho de Administração e a diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **a) Risco de crédito:** A exposição ao risco de crédito é inadimplência é reduzida, pois a Companhia opera a comercialização da energia gerada basicamente com a empresa Centrais Elétricas de Goiás S.A. e eventuais excedentes com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. **b) Risco de liquidez:** A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. **c) Risco operacional:** Os riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, surgem naturalmente das operações. O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **d) Risco ambiental:** Os projetos da Companhia acarretam riscos que podem causar danos ao meio ambiente. Por isso, são obrigadas a cumprir uma série de exigências da rígida legislação ambiental brasileira. No entanto, além de atender às exigências da legislação, adota-se uma postura preventiva e prováva nas questões ambientais, buscando antecipar eventuais riscos e/ou problemas, todavia remanescem riscos inerentes a atividade, que podem impactar sobre o ambiente onde se localizam os empreendimentos. **5. Caixas e equivalentes de caixa:** Os valores relativos ao caixa e equivalentes de caixa na data do balanço discriminam-se como segue:

	2019	2018
Caixa	1	1
Contas Correntes Bancárias	97	702
Aplicações financeiras	1.334	–
	1.432	**703**

6. Contas a receber: Refere-se à energia gerada e comercializada referente ao mês de dezembro de 2019. Os saldos encontram-se na faixa de a vencer até 30 dias.

	2019	2018
Clientes	4.128	4.346
	4.128	**4.346**

A Companhia não tem histórico de perdas por não recebimentos destes valores, motivo pelo qual não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31/12/2019 e 2018.

7. Outros direitos realizáveis	2019	2018
Projeto de P&D	856	143
Projeto de Gestão	17	–
Crédito Tributário - IRPJ	144	144
	1.017	**287**

8. Imobilizado	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	2019	2018
Terrenos	–	8.705	–	8.705	8.705
Edificações	2,00 a 3,33%	8.354	(2.202)	6.152	6.334
Máquinas e Equipamentos	2,00 a 16,67%	146.052	(45.606)	100.446	103.803
Móveis e Utensílios	6,25 a 16,67%	103	(56)	47	51
Veículos	14,29%	224	(224)	–	1
		163.240	**(48.088)**	**115.350**	**118.894**

A movimentação do imobilizado ocorreu conforme segue:

Movimentação	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equip.	Móveis e Utens.	Veículos	Total
Saldos em 01/01/2019	**8.705**	**6.334**	**103.803**	**51**	**1**	**118.894**
Adições	–	–	355	1	–	356
Baixas	–	–	(153)	–	–	(153)
Depreciação	–	(182)	(3.559)	(5)	(1)	(3.747)
Saldos 31/12/2019	**8.705**	**6.152**	**100.446**	**47**	**–**	**115.350**

9. Intangível: Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (Nota Explicativa nº 11).

	2019	2018
Direitos de Uso do Bem Público - UBP	1.145	1.221
	1.145	**1.221**

10. Partes relacionadas: A Companhia tem como acionista majoritário a J. Malucelli Energia S/A com 55,00% de participação do seu capital social e os acionistas CMSA Participações S/A com 25%, Planex Engenharia Ltda. com 12,50%, Lar Participações Ltda com 5,00% e Mora Participações Ltda com 2,50% de participação do seu capital social. **(a) Remuneração da Administração:** Em 2019, não houve valor pago a título de remuneração à Administração (pró-labore) (R$ 134 em 2018). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração, benefícios com características de longo prazo. **11. Obrigações com concessão:** As outras obrigações compõe-se como segue:

	2019	2018
Uso do Bem Público **(a)**	4.967	4.302
Pesquisa e Desenvolvimento **(b)**	1.554	1.323
APP **(c)**	3.399	3.571
Totais	**9.920**	**9.196**
Circulante	4.509	2.975
Não circulante	5.411	6.221
	9.920	**9.196**

(a) Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 09. A atualização do passivo está sendo registrado no grupo de outras despesas no resultado; **(b)** Valores a pagar aos institutos de pesquisas referentes aos gastos incorridos no desenvolvimento de pesquisas e análise de projetos; **(c)** Valores provisionados de APP (Área de Preservação Permanente) referente programação de desembolso para o plantio na área de preservação permanente no reservatório (método muvuca) conforme Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). **12. Provisão para contingências:** A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019	2018
Prov. de Custos de Recup. Ambiental	285	285
Ações de Natureza Indenizatória	123	123
	408	**408**

(i) Provisão de custos de recuperação ambiental: Em decorrência do rompimento de barragem ocorrido no dia 30/01/2008, a Companhia foi e está sendo requerida em diversas ações judiciais, sendo que algumas destas foram liquidadas. A provisão visa atender às prováveis necessidades de complementação de pagamentos, com base em relatório de acompanhamento dos processos, emitido pelos assessores jurídicos. Em decorrência do sinistro, a Companhia firmou um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) tendo como objeto a recuperação de áreas afetadas/danificadas e também a compensação dos danos causados à ictiofauna do Rio Corrente. Para tanto foi firmado projeto executivo de recuperação das áreas degradadas à jusante do barramento da usina, cujos custos estimados residuais montam o valor de R$ 2.695. Deste montante, a Companhia já liquidou R$ 2.410, restando ainda o montante de R$ 285 em aberto em 31/12/2019. O incidente gerou dois autos de infração contra a Companhia, no montante total de R$ 11,6 milhões, já com decisão condenatória definitiva. Em decorrência do TCA, a Companhia reduziu e liquidou a multa imposta pela Secretaria do Meio Ambiente em 90%. Ocorrendo a inexecução total ou parcial das obrigações previstas no TCA, a Companhia sujeita-se à perda no benefício de redução da multa, sendo esta cobrada de forma proporcional ao dano não reparado. **(ii) Contingências passivas - perdas possíveis:** Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 4.012 mil em 31/12/2019 (R$ 5.509 em 31/12/2018) para as quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis não requerem sua contabilização. **13. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** A Companhia possui capital social autorizado de R$ 100.000 (R$ 100.000 em 2018), dividido em 200.000 ações ordinárias (200.000 em 2018), todas elas nominativas e sem valor nominal, estando integralizado em R$ 80.000 em 2019 (R$ 80.000 em 2018). **(b) Dividendos a pagar:** A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos legais atinentes à matéria, quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei. Em 2019 a Companhia distribuiu dividendos no montante de R$ 36.690 (R$ 38.300 em 2018), sendo R$ 7.999 relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2019 e dividendos adicionais de R$ 28.691. Os dividendos mínimos foram calculados conforme segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	33.680	33